

 Esporte Clube São José				Avenida Assis Brasil, 1200 - Passo da Areia Porto Alegre - RS - 91.010-001																										
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO - DRE Valores expressos em Reais (R\$)																														
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTA																														
MENSALIDADES/CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES																														
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA																														
SUPERÁVIT BRUTO																														
DÉFICIT BRUTO																														
DESPESAS OPERACIONAIS																														
DESPESAS COM FUTEBOL																														
DESPESAS COM CLUBE																														
DESPESAS FINANCEIRAS																														
DÉFICIT/SUPERÁVIT OPERACIONAL LIQUIDO																														
DÉFICIT/SUPERÁVIT LIQUIDO DO EXERCÍCIO																														
As notas explicativas (NE) são parte integrante das Demonstrações Contábeis.																														
clube formador do atleta, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA, com o intuito de beneficiar os clubes formadores, compensando-os financeiramente. (III) Receta de empréstimos de jogadores - Receta de empréstimos de jogadores é decorrente da cessão temporária de um atleta a outra agremiação em montante acordado entre os Clubes cedente e cessionário. (IV) Receta de transmissões televisivas - As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos. Pode, ainda, haver premiação, denominada luvas, com pagamento pela emissora sendo reconhecida ao resultado mediante o fato gerador da receita, ou seja, quando da transmissão televisiva propriamente dita nos exercícios previstos em contrato. (V) Recitas de publicidade (patrocínios) - As receitas com publicidade são reconhecidas com base nos contratos celebrados com as empresas de divulgação suas marcas em uniformes, no campo ou outros meios em conformidade com a competência vinculados a contratos. (VI) Recitas de royalties (licenciamento de produtos) - A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados. 3.10. Apuração do Superávit e do Déficit																														
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL																														
Valores expressos em Reais (R\$)																														
Patrimônio Social Outras Reservas Superávit/Déficit Total do Patrimônio Líquido																														
Saldos Iniciais em 31/12/2020																														
Incorporação do Superávit/Déficit																														
Recursos de Superávit com Restrição																														
Superávit/Déficit Período																														
Transferência do Superávit de Recursos sem restrição																														
Saldo Final em 31/12/2021																														
As notas explicativas (NE) são parte integrante das Demonstrações Contábeis.																														
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. (Em Reais)																														
1. CONTEXTO OPERACIONAL																														
1.1. Informações gerais																														
O Esporte Clube São José é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, com sede social e administrativa e foro jurídico na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Av. Assis Brasil, 1200 Bairro Passo D'Areia com CEP nº 91.010-001. Sua praça de esportes principal fica localizada na cidade de Porto Alegre, não podendo ser transferida para outras cidades, podendo ser criados, mantidos e/ou encerrados centros de treinamentos, subdes e praças de esportes secundários em outras cidades mediante iniciativa do Comitê de Gestão e aprovação do Conselho Deliberativo. O Clube foi fundado em 24 de maio de 1913. É uma associação civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria. Tem por objetivos I) Desenvolver e estimular o esporte em todas as suas modalidades e, em particular, o futebol – amador e profissional – sem visar lucros materiais de qualquer espécie para si ou para os seus associados; II) Desenvolver, incentivar e exercer atividades de caráter desportivo, social, cultural e cívico – conforme Estatuto no Capítulo I Artigo 2º.																														
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:																														
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os entendimentos dos pronunciamentos dos CPCs – Comitê de Pronunciamentos Contábeis; e NBC ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O Clube adota, ainda, as definições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.429/13, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2003(R1) "Entidade Desportiva Profissional" sobre os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis em entidades de futebol profissional e a ITG 2003 - Orientações sobre a Aplicação da ITG2003 (R1) - Entidade Desportiva. Conforme previsto na referida resolução, os registros contábeis do Clube evidenciam as contas de receitas e despesas, segregando o desporto profissional das demais atividades esportivas, recreativas ou sociais. A conclusão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 31 de janeiro de 2022, e a data da emissão em 18 de abril de 2024. No Exercício de 2021, houve troca da empresa de Contabilidade e, portanto, somente foram fornecidos os saldos de contas patrimoniais de 2020 pela entidade Esporte Clube São José, impossibilitando de serem elaborados alguns demonstrativos conforme rege a ITG 2003 (R1) - Entidades Desportivas, e, conforme previsto na NBC TG 26 (R5) ou na seção 3 da NBC TG1000 (R1) quando aplicável. As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração e apresentação dessas demonstrações contábeis são as seguintes: 2.1. Moeda funcional - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Clube atua ("moeda funcional"). A Administração do Clube definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2021.																														
2.2. Base de Elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto onde indicado em outra forma.																														
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:																														
3.1. Caixa, equivalentes de caixa																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>DISPONIBILIDADES</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa</td> <td>12.402,22</td> <td>88,07</td> </tr> <tr> <td>Caixa Escolinha</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Caixa Futebol</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Banrisul S/A</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Caixa Econômica Federal</td> <td>24.504,77</td> <td>25.325,80</td> </tr> <tr> <td>Aplicações Financeiras</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>36.906,99</td> <td>27.365,98</td> </tr> </tbody> </table>							DISPONIBILIDADES	2021	2020	Caixa	12.402,22	88,07	Caixa Escolinha	0,00	0,00	Caixa Futebol	0,00	0,00	Banrisul S/A	0,00	0,00	Caixa Econômica Federal	24.504,77	25.325,80	Aplicações Financeiras	0,00	0,00		36.906,99	27.365,98
DISPONIBILIDADES	2021	2020																												
Caixa	12.402,22	88,07																												
Caixa Escolinha	0,00	0,00																												
Caixa Futebol	0,00	0,00																												
Banrisul S/A	0,00	0,00																												
Caixa Econômica Federal	24.504,77	25.325,80																												
Aplicações Financeiras	0,00	0,00																												
	36.906,99	27.365,98																												
Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais existam muitas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato. Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério "pro rata" e equivalentes aos seus valores de mercado. 3.2. IMOBILIZADO - Composição																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Taxas anuais de Depreciação</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>%</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Terrenos</td> <td>3.272.465,33</td> <td>3.272.465,33</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias</td> <td>16.248,46</td> <td>16.248,46</td> </tr> <tr> <td>Móveis & tensilios</td> <td>237.724,37</td> <td>237.724,37</td> </tr> <tr> <td>Maquinas e Equipamentos</td> <td>194.398,74</td> <td>194.398,74</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de Processamento</td> <td>8.569,39</td> <td>8.569,39</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.729.406,29</td> <td>3.729.406,29</td> </tr> </tbody> </table>							Taxas anuais de Depreciação	2021	2020	%			Terrenos	3.272.465,33	3.272.465,33	Benefetórias	16.248,46	16.248,46	Móveis & tensilios	237.724,37	237.724,37	Maquinas e Equipamentos	194.398,74	194.398,74	Equipamentos de Processamento	8.569,39	8.569,39		3.729.406,29	3.729.406,29
Taxas anuais de Depreciação	2021	2020																												
%																														
Terrenos	3.272.465,33	3.272.465,33																												
Benefetórias	16.248,46	16.248,46																												
Móveis & tensilios	237.724,37	237.724,37																												
Maquinas e Equipamentos	194.398,74	194.398,74																												
Equipamentos de Processamento	8.569,39	8.569,39																												
	3.729.406,29	3.729.406,29																												
Registrado ao custo de aquisição. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os terrenos não são amortizados, ou exauridos. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A taxa de depreciação é calculada usando o método linear com base nos percentuais descritos na tabela referencial. 3.3. Intangível - O Esporte Clube São José não possui bens registrados no Ativo Intangível. 3.4. Custo de encargos financeiros																														
3.5. Empréstimos e financiamentos - Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações. São classificados entre curto e longo prazo de acordo com a vigência das parcelas. Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam necessariamente um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescidos ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para o uso. 3.6. Impostos e contribuições - Pelo fato de o Clube ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado (superávit/déficit) e isenção do pagamento do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas relativas as atividades próprias. Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pelo Clube sem a retenção de IRRF, conforme legislação em vigor para entidades sem fins lucrativos. O clube está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários com alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. 3.6. Provisões - Provisões são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e para que uma estimativa confiável o valor da obrigação possa ser feito. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada na demonstração do resultado. Provisões para riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Arbitrais. - São constituídas provisões referentes a processos judiciais para os quais é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação relacionadas a evento passado, desde que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e, principalmente, na avaliação dos advogados externos e interno. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em conta eventuais alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.7. Outros ativos e passivos - Um ativo e reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Clube e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo e reconhecido no balanço patrimonial quando o Clube possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 3.8. Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros do Clube são reconhecidos a partir da data em que eles se tornem parte das disposições contratuais de tais instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos, contas a pagar, fornecedores, parcelamento de tributos e outras dívidas. Os ativos e passivos financeiros do Clube são inicialmente registrados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis a aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis a aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado e sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir: (I) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Clube gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado. (II) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando a método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, a custo amortizado e calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesas no resultado. (III) Baixa de ativos financeiros - O Clube baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. (IV) Baixa de passivos financeiros - O Clube baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do mesmo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar e reconhecida no resultado. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante, com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração e tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos, normalmente, na demonstração do resultado. 3.9. Reconhecimento da receita - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Clube e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita e mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, batimentos e impostos, quando existentes, ou encargos sobre as receitas. O Clube avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (I) Recitas de repasses de direitos federativos - As receitas com alienação de atletas (direitos econômicos) são contabilizadas no momento em que os contratos são assinados e lançados ao resultado quando os direitos federativos e econômicos são transferidos a outra agremiação. (II) Receta de mecanismo de solidariedade - A receita referente a mecanismo de solidariedade e proveniente do recebimento de um percentual da transação financeira quando da transferência de atletas entre clubes que não foram responsáveis pela formação. Esse percentual é devido ao																														
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																														
À DD. DIRETORIA DO ESPORTE CLUBE SÃO JOSE PORTO ALEGRE – RS																														
Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto ao comentado no parágrafo "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu resultado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva - A Entidade Desportiva não apresentou as demonstrações de resultado abrangente e do fluxo de caixa, e menciona na nota explicativa nº 2, que no Exercício de 2021, houve troca da empresa de Contabilidade e, portanto, somente foram fornecidos os saldos de contas patrimoniais de 2020 pela entidade Esporte Clube São José, impossibilitando de serem elaborados alguns demonstrativos conforme rege a ITG 2003 (R1) - Entidades Desportivas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Outros Assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior - Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do																														
auditor - A administração do ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta																														
a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o ESPORTE CLUBE SÃO JOSÉ a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.																														
Porto Alegre (RS), 31/12/2021																														
<table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;">Fabiano Góes da Rosa Presidente CPF: 608.029.520-20</td> <td style="text-align: center;">Énio Gomes de Campos CRC 28328 RS Contador CPF: 253.728.660-04</td> </tr> </table>							Fabiano Góes da Rosa Presidente CPF: 608.029.520-20	Énio Gomes de Campos CRC 28328 RS Contador CPF: 253.728.660-04																						
Fabiano Góes da Rosa Presidente CPF: 608.029.520-20	Énio Gomes de Campos CRC 28328 RS Contador CPF: 253.728.660-04																													
A Moreira Associados Auditores Independentes S/S CRC RS 4632/O DIEGO ROTERMUND MOREIRA Contador CRC RS 68603 CNAI Nº 1128 - Sócio – Responsável Técnico																														